



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

L I D O
Em, 14 / 08 / 13
Assessoria de Plenário

INDICAÇÃO Nº
(Da Comissão de Constituição e Justiça)

IND 12146 /2013

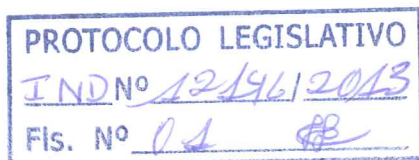
**Sugere ao Excelentíssimo
Senhor Governador do Distrito
Federal a implantação do
Serviço Social Escolar na rede
pública de ensino do Distrito
Federal**

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 143 de seu Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal a instalação de bibliotecas públicas nas estações de metrô no Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Inicialmente, cabe salientar que a presente Indicação é originada do reconhecimento, por parte desta Comissão de Constituição e Justiça, da inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, do Projeto de Lei n.º 716/12, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "*institui o Serviço Social Escolar nas escolas de 1º e 2º grau da rede pública de ensino*".

A inviabilidade da proposição na forma proposta, no entanto, não obsta ao seu elevado mérito, uma vez que buscou criar importante serviço social a ser implementado no ambiente escolar público do Distrito Federal.



ARQUIVADO EM: 13/08/2013 14h56

16

Handwritten signature

Handwritten signature



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Assim, diante da competência atribuída pelo artigo 71, §1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal ao chefe do Poder Executivo para iniciar o processo legislativo relativo à criação de políticas públicas é que se formula a presente Indicação, anexada a ela o Projeto de Lei n.º 716/12.

Sala das Sessões, em

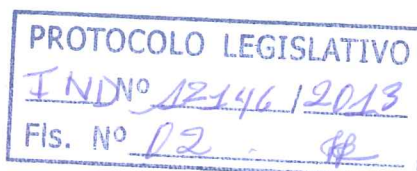
Deputado CHICO LEITE
Presidente

Deputado ROBÉRIO NEGREIROS
Vice-Presidente

Deputada ELIANA PEDROSA

Deputado AYLTON GOMES

Deputado CLÁUDIO ABRANTES





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

L I D O
Em, 02/02/12
DAU 1279
Assessoria de Plenário

Assessoria de Plenário e Distribuição

PROJETO DE LEI Nº 716 /2012

Ao Senhor de Protocolo Legislativo (Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)
registro e em seguida, à Assessoria de Plenário
para análise de admissão e distribuição,
observado o art. 132 do RI.

Em, 06/02/12

Itamar Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria de Plenário

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

PROTOCOLO LEGISLATIVO
IND Nº 12 146/2013
Fls. Nº 03

Institui o Serviço Social Escolar nas escolas de
1º e 2º graus da rede pública de ensino.

Art. 1º Fica instituído o Serviço Social Escolar nas escolas de 1º e 2º graus da rede pública de ensino.

Art. 2º Compete ao Serviço Social Escolar:

I – efetuar pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar;

II – elaborar e executar programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho do aluno;

III - articular-se com organizações públicas, privadas e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;

IV – promover, juntamente com a Associação de Pais, Alunos e Mestres, eventos com finalidade assistencial;

V – coordenar os programas assistenciais já existentes na escola, como o de merenda escolar e outros;

VI – realizar visitas domiciliares com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio familiar do aluno, possibilitando assisti-lo adequadamente;

VII – participar, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas, o alcoolismo e o tabagismo, bem como ao esclarecimento sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública;

VIII – elaborar e desenvolver programas específicos nas escolas de ensino especial.

Art. 3º O Serviço Social Escolar será exercido por profissionais habilitados, nos termos da Lei Federal nº 8.662, de 7 de junho de 1993, podendo o Poder Executivo criar na

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 716 / 2012
Fls. Nº 03

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIB. 31/Jan/2012 15:28



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

estrutura do órgão competente de educação ou remanejar de outros órgãos os cargos de Assistente Social em número compatível com as necessidades da rede de ensino.

Parágrafo único – O Poder Executivo, por meio do órgão competente de educação, poderá optar pela celebração de convênios com vistas à terceirização dos serviços de que trata esta Lei, por meio do fornecimento dos profissionais a que se refere esta Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação, se houver, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

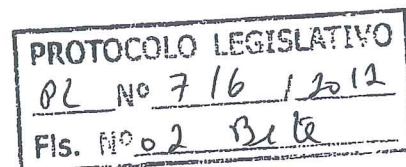
JUSTIFICATIVA

Esta proposta é um resgate, com pequenas alterações introduzidas, do Projeto de Lei nº 1056/95, de autoria do nobre deputado Renato Rainha.

Trata-se de uma proposta que, se aplicada, trará importante contribuição junto à comunidade escolar, proporcionando um maior ajuste entre as necessidades do aluno e seu meio ambiente, principalmente no que diz respeito à evasão escolar, que pode ser combatido com medidas de amparo ao estudante e seus familiares.

Sala das Sessões,


Deputada ELIANA PEDROSA





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA

Assessoria de Plenário e Distribuição



Ao Protocolo Legislativo, para registro, e, em seguida, ao SACP, para conhecimento e providências protocolares, informando que a matéria tramitará, em análise de mérito, na CESC (art. 69, I, "b", do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal).

Brasília-DF, 15/08/2013.

FELIPE TRICHES
Consultor Legislativo
Matrícula nº 16.786

